

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 17, VOLUME 2

EDITORIAL

Tal como consta do Editorial da Revista n.º 17, volume 1, o atual número da Revista é apresentado parceladamente, atendendo ao elevado número de artigos submetidos. Surge no presente o seu Volume 2.

Este número é formado por uma secção “Investigação Científica”, com artigos de doutrina e uma secção “Varia”, esta não sujeita ao processo de arbitragem científica.

Relativamente aos artigos na secção “Investigação Científica”, este segundo volume do n.º 17 abre com um texto de ANA PAULA PINTO DA CUNHA, com o título “Em nome do princípio da igualdade, PROCURAM-SE, fatores influenciadores do resultado não mensuráveis no SIADAP - O particular caso de um serviço de finanças”, em que a autora analisa a avaliação do desempenho dos funcionários públicos, de acordo com o conteúdo e a estrutura do modelo adotado pela Administração Pública, o SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho para a Função Pública) e a sua contribuição para um aumento da eficiência e eficácia da Administração Pública.

Um segundo texto é sobre “O direito à nacionalidade portuguesa: B’nei anussim brasileiros entre a cruz e a menorá”, de JOÃO ERNESTO PAES DE BARROS, visto que em fevereiro de 2015 foi regulamentado o direito para os descendentes de judeus sefarditas expulsos em 1496 de obterem a nacionalidade portuguesa.

Continua com o texto de JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM e de JOÃO RICARDO CATARINO que versa sobre “A Constitucionalização do Direito Administrativo e a juridicidade administrativa: Um estudo sobre o caso Brasileiro e Português”, e aborda o tema da constitucionalização do Direito Administrativo a partir dos contornos traçados pelo neoconstitucionalismo.

Em seguida, MARIA EDUARDA OLIVEIRA TEIXEIRA, ROSA MARIA ROCHA e NUNO MONTEIRO MIRANDA, com “O poder tributário das autarquias”, analisam, com base na Constituição da República Portuguesa e

Lei 73/2013, os impostos em que o poder tributário das autarquias locais se manifesta bem como as formas de manifestação desse poder.

Por último, SÉRGIO TENREIRO TOMÁS e DINARCO PIMENTEL, estudam “As Golden Shares no ordenamento jurídico português versus Troika e União Europeia”, pois Portugal celebrou com a Troika, em 2011, um memorando de entendimento em que se vinculou a um elenco de medidas, entre elas, e na esteira do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e de variada jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, o fim das participações privilegiadas do Estado em empresas que prosseguiam interesses privados - Golden Shares - sob pena dos fundos previstos não poderem ser resgatados.

Na secção “Varia” surge uma “Resenha de direito da União Europeia” realizada por DORA RESENDE ALVES com recurso ao Jornal Oficial da União Europeia.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt